

As “Causas” E Os “Motivos” Na Emigração De Brasileiros Para A França¹

The “causes” and the “motives” in the emigration of Brazilians to France

Gisele Maria Ribeiro de Almeida²

Resumo: As migrações internacionais constituem um tema contemporâneo de pesquisa, com diversas análises voltadas a explicar e analisar a crescente mobilidade espacial da população pelo mundo. Este artigo pretende refletir sobre os condicionantes que engendram esta intensa mobilidade, mas sem perder de vista a complexidade do processo migratório, pois como aponta Sassen (1993) são “pessoas” que migram. Se há processos estruturais atuando nas condições que promovem estes fluxos, há também dimensões específicas que os viabilizam (BÓGUS, 1995a). Neste sentido, serão discutidos aqui os recursos teóricos disponíveis para uma compreensão sociológica do fenômeno migratório, que permitam reconhecer as suas causas estruturais (SINGER, 1973) - associadas às condições na origem e no destino – e que ao mesmo tempo contemplem a importância da seletividade migratória (LEE, 1980). No intuito de compreender os fluxos internacionais contemporâneos, Portes (1999) argumenta que via de regra estes originam-se em países periféricos e destinam-se aos países centrais, principalmente para aqueles com os quais há vínculos históricos ou para os países que criam expectativas e desejos de consumo que não conseguem ser satisfeitos no país nativo. No entanto, no caso específico do fluxo Brasil-França, as relações entre os dois países são mais tênues - quando comparadas a outros países como, por exemplo, os EUA ou o Japão - reforçando o peso da seletividade desta migração e exigindo hipóteses norteadoras numa pesquisa sobre o tema.

Palavras-chave: Migrações internacionais; Seletividade migratória; Redes sociais.

Abstract: International migration has become one eminent contemporary subject of research, there are several analysis aimed at explaining and analyzing the increasing spatial mobility of population in the world. This paper reflects on the conditions that engender such intense mobility, but without losing the complexity of the migration process, like as pointed out by Sassen (1993), the flows are made by “persons”. If there are structural processes operating in these conditions that promoter migration, there are also specific dimensions that enable it (Bogus, 1995a). In this sense, we will discuss here the theoretical resources available to a sociological understanding of migration, recognizing its structural causes (SINGER, 1973) - associated with conditions in the origin and destination - and at the same time considering the importance of selectivity of the migration (Lee, 1980). In order to understand contemporary international flows, Portes (1999) argues that in general these originate in the peripheral countries and are intended to developed countries, especially for those whom there are historical links or for countries that creates expectations of consumption that can not be satisfied in native country. However, in the case of the flow Brazil-France, the relations between these two countries are more tenuous – if we compared to other countries, for example, the U.S. or Japan – and that increasing the weight of the selectivity of this migration, then one research on the topic requires a guiding hypotheses to explained it.

Key-words: International migrations; Migration selectivity; Social networks.

Introdução

O processo de emigração de brasileiros ganhou notoriedade nos meios de comunicação e no âmbito dos estudos migratórios apenas a partir dos meados anos 1990. Naquele momento, entre os destinos dos brasileiros que deixavam o país em busca de oportunidades de trabalho ou melhores salários, alguns ganharam mais

¹ Artigo recebido em novembro de 2011 e aprovado em fevereiro de 2012.

Artigo apresentado no VII Encontro Nacional Sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realização de 10 a 12 de Outubro de 2011, Curitiba/PR.

² Doutoranda em Sociologia, IFCH/Unicamp. E-mail: gmarie@uol.com.br

destaque como o caso dos EUA, Japão e Portugal. Estes três países absorvem ainda - no final da primeira década do século XXI, segundo as estimativas do Ministério das Relações Exteriores (MRE) - mais da metade dos emigrantes brasileiros. Com estes três países, o Brasil tem fortes vínculos históricos ou ideológicos.

Segundo Portes (1999), a existência de vínculos históricos na análise das migrações internacionais cumpre importante papel na formação destes fluxos. Todavia, seja em função da intensificação do processo de mundialização, seja pela própria evolução dos processos de mobilidade humana, assiste-se atualmente à figuração de “novas lógicas migratórias”, com fluxos entre países que não possuem vínculos aparentes (WENDEN, 2001; SIMON, 2011). E esse novo contexto também se manifesta no caso da emigração de brasileiros, cuja presença tem crescido em países nos quais os elos que ligam origem e destino precisam ser ainda investigados.

A realização de uma pesquisa, ainda em curso, sobre os brasileiros na França colocou como imperativo a necessidade de reconstruir as relações históricas, culturais e econômicas entre os países para a análise do fluxo. De acordo com o MRE do Brasil³, havia 30 mil brasileiros vivendo na França em 2008, 60 mil em 2009 e 80 mil em 2010. O número de brasileiros também teria duplicado na Alemanha e crescido na Bélgica.

Esses elementos indicam que a presença de brasileiros na Europa vem assumindo novas configurações, aspecto que pode ser associado, de um lado, aos efeitos mais deletérios da crise econômica de 2008 sobre algumas economias nacionais (principalmente norte-americana e espanhola) e, por outro, às novas possibilidades de circulação que se abrem no espaço Schengen⁴. Essa realidade traz enormes desafios aos pesquisadores interessados, dado nosso ainda incipiente conhecimento sobre os espaços de circulação e trânsito de brasileiros na Europa.

Em função da realização de uma pesquisa de campo exploratória, realizada em novembro de 2010⁵, nos deparamos com aspectos relevantes, e de certa forma inesperados, sobre a presença brasileira na França e que permite inferir que os fluxos de brasileiros na Europa de uma maneira geral estariam assumindo novos contornos, com trabalhadores brasileiros, por exemplo, deixando a Espanha e dirigindo-se à França. Se isso ocorreu, ou mesmo vem ocorrendo, é pertinente supor que há atualmente novas rotas e novos espaços de circulação, de trânsito e de instalação dos brasileiros na Europa. Tais aspectos impactam a própria seletividade do fluxo e redefinem trajetórias e lógicas migratórias. Ainda que não seja possível avançar nesta análise pela fase na qual a pesquisa está, será apresentada aqui uma discussão sobre o processo de emigração de brasileiros das últimas décadas com o objetivo de pensar o destino como manifestação de uma seletividade, cuja dinâmica é essencial para a análise do fluxo e do estoque de migrantes.

O presente texto está estruturado em quatro tópicos. Primeiramente, será feita uma breve reflexão sobre as orientações teóricas que pela perspectiva adotada são vitais para uma compreensão sociológica do fenômeno, considerando os conceitos de

³ Cabe ressaltar os limites estatísticos destes números posto que resultam de estimativas realizadas pelas Embaixadas e pelos Consulados do Brasil sobre a presença de brasileiros vivendo em suas jurisdições.

⁴ O Acordo Schengen estabelece a abolição das fronteiras entre os países signatários, construindo um espaço de livre circulação na Europa (CAMARGO, 2008).

⁵ Foram realizadas algumas entrevistas com brasileiros estabelecidos em Paris, alguns dos quais bastante envolvidos com a questão da migração de seus conterrâneos naquele país. Também foi feita uma entrevista com o cônsul adjunto do Consulado Brasileiro em Paris.

“causas” e “motivos” de Singer (1973) de forma a contextualizar e delinear a concepção de seletividade migratória (RENNER e PATARRA, 1980) que está sendo utilizada pela pesquisa. As segunda e terceira partes dedicam-se respectivamente a contextualizar as migrações contemporâneas e a emigração de brasileiros nas últimas décadas. Por último, apresenta-se algumas reflexões sobre a seletividade do fluxo Brasil-França.

Orientações para uma teoria sociológica da migração

Em trabalho clássico, Singer (1973) propõe a identificação dos fatores que causam as migrações e daqueles que as motivam. As causas da migração para este autor, devem primeiramente ser buscadas na origem, nos fatores de expulsão, que tornam outras localidades atrativas. Estes fatores são gerados pelas transformações erigidas pelo desenvolvimento das forças produtivas que exigem, como contrapartida necessária, novas relações sociais de produção. As condições objetivas que engendram fluxos migratórios manifestam-se, de acordo com este raciocínio, em um amplo espaço territorial, afetando portanto um grande número de indivíduos, que se tornam potencialmente “motivados” a migrar. Porém, como se sabe, essa suposta motivação não se traduz necessariamente em deslocamentos, o que permite supor a existência de uma seleção na forma como certos fatores e condições macroestruturais repercutem no nível das relações familiares e das particularidades individuais. O conceito de seletividade migratória refere-se exatamente ao processo que se desprende do cruzamento destas condições.

O processo de industrialização é, na perspectiva de Singer, catalisador de fluxos migratórios em função da concentração produtiva e do desenvolvimento de atividades correlatas que retroalimentam a própria aglomeração espacial e o crescimento demográfico. O progressivo desenvolvimento tecnológico tende a definir áreas de expansão econômica e áreas de estagnação. Desta forma, um processo iniciado em determinada localidade afeta e transforma outras áreas, pois a dinamização econômica reestrutura o mercado de trabalho ao (re)definir “lugares” mais atrativos, com mais e melhores oportunidades de inserção ocupacional e remuneração, e “lugares” que expulsam, na medida em que a ruptura da dinâmica econômica tradicional leva às crises e estagnação de certas atividades (SINGER, 1973).

A abordagem de Singer valoriza, portanto, a dimensão econômica como agente propulsor das mudanças que transformam o espaço e as relações sociais e repercutem na migração. No entanto, não se pode reduzir tal análise a um materialismo simplificador, pois o autor também incorpora a “seletividade dos fatores de expulsão (...) que pode ser assimilada a uma diversidade de motivos individuais que leva alguns a migrar e a outros não. Adiciona-se a esta seletividade objetiva motivações subjetivas” (SINGER, 1973: p. 52). É neste ponto que Singer (1973) distingue: “os motivos (individuais) para migrar das causas (estruturais) da migração (p. 52).

A seletividade migratória também foi trabalhada em Lee (1980). Este autor discute como os fatores envolvidos na decisão de migrar estão na origem, no destino, nos obstáculos intervenientes e em fatores pessoais. Neste sentido, ao se considerar as causas na origem, é possível identificar um grupo social constituído por migrantes em potenciais; no entanto deve-se ter em vista que nem todos estes indivíduos respondem de forma unívoca a essas “causas” (LEE, 1980). É pelo destino que se

incorpora a seletividade migratória, ao revelar a maior dispersão no “comportamento típico do grupo”, na medida em que se colocam neste universo empírico, fatores como conhecimento sobre a área de destino, etapa do ciclo vital, distância, entre outros.

Nosso argumento é que o conceito de seletividade migratória cumpre papel central numa teoria sociológica da migração ao sustentar uma reflexão sintética entre condicionantes macro e micro estruturais. A Sociologia sempre teve uma relação intrínseca com o chamado debate entre “ação” versus “estrutura”, cuja motivação é refletir sobre a natureza dos elementos estruturantes da ordem social, e postular as indagações se estes condicionantes seriam “dados” por estruturas mais amplas e/ou “construídos” pelos indivíduos e sua agência, através das práticas e relações estabelecidas (ALEXANDER, 2007). E, nos estudos migratórios, essa polaridade também se coloca. Soares (2004) realizou um levantamento das principais teorias sobre migrações internacionais e constatou que a maior parte delas prioriza os efeitos da macroestrutura, em detrimento dos fatores microestruturais. Essa inclinação repercute em perda do alcance analítico, por isso este autor propõe uma recuperação do caráter seletivo da dinâmica migratória na pesquisa, através do delineamento das causas que fazem uma pessoa migrar e ao mesmo tentar responder porque outras pessoas sujeitas aos mesmos condicionantes sistêmicos não o fizeram (SOARES, 2004). Ao que parece, os estudos migratórios também estão diante do desafio teórico de buscar uma síntese entre as abordagens macro e microestruturais.

Do ponto de vista de uma teoria sociológica da migração, o desafio dos pesquisadores é considerar a migração como processo social. Apesar da aceitação dos limites de apreensão da realidade social (WEBER, 1986), não se perde o objetivo de construir uma reflexão, que seja ao menos possivelmente tão complexa quanto o é a realidade social e, no âmbito dos estudos migratórios essa tarefa demanda a investigação dos fatores e das condições que dão início e que mantêm os fluxos migratórios. No que se refere à teoria sociológica, a compreensão deste processo exige a análise da situação de origem e de destino, bem como as interseções entre elas, para que com isso seja possível reconhecer a seletividade presente no fluxo em questão:

Para entender o que provoca um fluxo em questão é preciso investigar as condições que o promoveram no país de origem e a formação dos laços subjetivos com o país de destino que viabilizaram a migração. Já para entender a continuidade do fluxo é necessário analisar as condições no país receptor (BÓGUS, 1995a: p. 112).

Essa tarefa de mapeamento da situação de origem e destino (e dos elos de ligação objetivos e subjetivos entre estes locais) exige, diante dos referenciais sociológicos, uma abordagem que busque aliar a dimensão micro com a perspectiva macroestrutural. Contemplar de forma articulada os fatores estruturais que promovem os fluxos e as dimensões micro estruturais que os viabilizam, apresenta-se como um caminho para combinar a perspectiva da ação e da estrutura, de acordo com o léxico sociológico, e realizar a síntese a qual se refere Alexander (1987).

Numa teoria sobre a migração, essa “síntese” precisaria se ocupar, apenas para citar alguns aspectos relevantes, da dinâmica econômica na origem e no destino, bem como da possível unidade destes processos; das políticas nacionais e das relações bilaterais; dos impactos no processo de estratificação e mobilidade social; das idéias e estilos de vida difundidos; das condições e situações individuais e familiares (que vão desde a etapa do ciclo vital até a inserção destes em redes sociais).

Apesar de suas importantes contribuições aos estudos migratórios, as chamadas abordagens estruturalistas, principalmente orientadas por referenciais econômicos para explicar os fluxos revelados pela realidade empírica, possuem limites que foram apontados por Massey et al (1987). Neste caso, os autores

incorporaram o conceito de rede social com o intuito de ampliar a compreensão dos deslocamentos populacionais. A pesquisa de Massey et al (1987), que é sobre a migração mexicana nos Estados Unidos, contribui para uma compreensão da seletividade migratória ao revelar como estas redes se fazem a partir de laços sociais que unem locais na origem e no destino, formando assim uma estrutura social que suporta e encoraja o fluxo. Explicar os fluxos migratórios a partir das transformações que ocorrem na origem e no destino constitui-se, na perspectiva conciliatória entre macro-micro, um avanço teórico.

A abordagem de Sassen (1993) também contribui para essa orientação metodológica, ao demonstrar o equívoco das análises, voltadas à compreensão do fenômeno migratório, que se mantêm limitadas aos condicionantes da origem (como superpopulação, pobreza e estagnação econômica) e, desta forma, pensam o fenômeno das migrações internacionais por uma ótica nacional. A proposta da autora é que a compreensão deste passe a contemplar fatores internacionais: “En su versión más extrema, la fase actual de la inmigración norteamericana podría representar, además de las demás dimensiones que representa, una consecuencia nacional de las actividades de los Estados Unidos en el extranjero” (SASSEN, 1993: p. 25).

Sassen (1993) questiona a primazia destas condições originárias que classicamente são apresentadas como causas da migração, porque o confronto destas abordagens com dados empíricos aponta para suas deficiências explicativas. Por exemplo, as relações entre pobreza e migração são mais complexas do que podem parecer, pois segundo a autora, os países mais pobres não são necessariamente países de emigração⁶. Isso não significa desconsiderar que superpopulação, pobreza e estagnação econômica possam gerar pressões migratórias, mas a migração em larga escala dependeria de processos adicionais, que se cruzam e transformam estas condições originárias em uma situação propícia para a migração (SASSEN, 1993).

A autora não utiliza explicitamente a noção de seletividade migratória, mas propõe, em uma linha semelhante de raciocínio, o reconhecimento de processos chamados “mediadores”, que vinculam os países e contribuem para novas correntes migratórias. O argumento da autora é que os investimentos estrangeiros e a penetração de empresas multinacionais transformam a base econômica dos países, rompendo com suas economias “tradicionais” (atividades de subsistência e industriais adaptadas ao mercado local) e, conseqüentemente, as formas de trabalho adotadas por aquele contexto se desorganizam⁷. No entanto, apenas essas mudanças não originariam necessariamente um desenvolvimento da agricultura e da indústria para exportação; assim como, essa ruptura não conduz a migração em todos os casos. Como explicar então a seletividade presente no fenômeno migratório contemporâneo? Para Sassen (1993) a resposta está nos vínculos objetivos e ideológicos que se criam entre países de origem e destino dos migrantes: “Ahí es donde la inversión extranjera y la occidentalización cultural general adquieren importancia, al igual que una política de inmigración liberal y una tradición de inmigración” (SASSEN, 1993: p. 25).

⁶ Em relação à estagnação econômica, também não é possível tirar conclusões universais. Nas migrações contemporâneas não se confirma a hipótese de que a estagnação gera a migração, como exemplifica o caso da Coreia do Sul; que a despeito de apresentar elevados índices de crescimento e emprego, registrou um forte fluxo emigratório para os EUA. A argumentação da autora está mais detalhadamente fundamentada. Ver Sassen (1993) pp. 21-24.

⁷ Neste sentido, é visível o diálogo entre os argumentos de Sassen (1993) com a abordagem histórica e materialista de Singer (1973).

Portes (1999) também entende que a pobreza e as diferenças salariais entre os países não podem ser tomados em si como aspectos elucidativos do fenômeno migratório:

Os mais pobres raramente emigram; fazem-no aqueles sectores de certos recursos mais afetados pela disparidade *dentro do país de partida* entre expectativas de vida modernas e os meios económicos para as alcançar. As correntes migratórias em geral dirigem-se de países periféricos para aqueles países centrais com os quais possuem maiores vínculos históricos e que são normalmente responsáveis pela difusão de novos desejos e aspirações (PORTES, 1999: p. 3, grifos do autor).

Ao considerar as conjunturas na origem e no destino, bem como os vínculos que se estabelecem entre os espaços que desenham o fluxo, tem-se que os fatores explicativos para as migrações internacionais contemporâneas deixam de estar limitados às fronteiras nacionais e passam a se vincular cada vez mais a uma dimensão transnacional. Como mostra Chesnais (1996), a reprodução do capital foi mundializada e, em função disso, há processos que ocorrem simultaneamente e imprimem uma mesma lógica em lugares diversos do globo. No entanto, não é possível afirmar a partir disso, que os processos e seus efeitos sobre a mobilidade populacional são idênticos e universais; pois o tipo de inserção de cada país nesta economia mundial não é a mesma, assim como a história que a precede. Também não são todas as pessoas que migram, apenas uma parcela. A orientação passa a ser, então, buscar e reconhecer quais são as interpelações de fatores e condições macro e micro estruturais - as causas e os motivos - que engendram determinados fluxos. Aí estariam os elementos capazes de lançar luzes sobre o tipo da seletividade migratória que atua na promoção da migração e na definição do destino.

Em outras palavras, essa interposição entre as “causas” e os “motivos” relacionados a um determinado fluxo migratório permite uma compreensão mais elaborada da migração, entendida como um processo social. Considerar as “causas” e os “motivos” de um determinado fluxo é uma forma de tentar realizar uma síntese entre os condicionantes macro-estruturais, como as transformações no processo de reprodução do capital, e as inclinações microestruturais, mais relativas ao indivíduo e as suas possibilidades (como idade, inserção em redes sociais, etc.).

As migrações internacionais na contemporaneidade

Póvoa Neto e Ferreira (2005) sustentam que as migrações e os deslocamentos populacionais são condições da realidade social e não simples reflexos desta. Isso é perceptível quando se considera o papel dos fluxos de pessoas pelo globo para a reprodução da sociedade capitalista, e isso se aplica desde as suas origens. A consolidação da sociedade capitalista promoveu a mobilidade populacional, em função das transformações nos processos produtivos que engendraram migrações internas, com destino principalmente para as áreas mais urbanizadas, e também migrações para além das fronteiras nacionais (BRITO, 1995).

Mais hodiernamente, o crescimento econômico que se seguiu à 2ª Guerra Mundial repercutiu num maior incentivo para a mobilidade espacial da população, inclusive como uma conveniência, em função da carência da Europa e dos Estados Unidos de trabalhadores que gerou tanto fluxos espontâneos como aqueles estimulados e dirigidos pelos governos como os *Guest Work Programs*, implementados na Alemanha, França e Suíça, e o *Bracero Program* dos EUA

(SALES, 1992).

Somam-se a isso, os avanços nos sistemas de comunicação e de transportes, que incrementaram o processo de internacionalização de reprodução do capital, com a interligação mundial dos mercados (CHESNAIS, 1996). Estas transformações tecnológicas e produtivas geraram condições que estimularam as migrações internacionais: “a mundialização dos mercados de produção, ou forças produtivas, tanto provoca a busca de força de trabalho barata em todos os cantos do mundo como promove as migrações em todas as direções” (IANNI, 1995: p. 7).

Nesta mesma perspectiva, Sassen (1993) sustenta que o processo migratório está vinculado à fase atual da economia mundial, o que envolve processos de reestruturação econômica nas áreas de origem e de destino:

La especificidad de las condiciones laborales en el período histórico actual no reside en estas condiciones generales ni en las motivaciones individuales sino en su relación con la internacionalización de la producción, una dinámica que assume unas formas concretas en localidades determinadas (SASSEN, 1993: p. 37).

Associar as migrações internacionais contemporâneas à lógica da reprodução mundializada do capital, não é o mesmo que dizer que a mobilidade de trabalhadores está subordinada à dinâmica capitalista e por isso, sofre irredutivelmente seus efeitos. Significa muito mais, a necessidade de refletir sobre a divisão internacional do trabalho bem como pensar sobre as implicações sócio-culturais envolvidas neste processo. Ainda que se corrobore a idéia de que a pobreza por si mesma não leva a migração, é inegável que os mecanismos de inclusão e inserção na economia de mercado global podem engendrar efeitos deletérios sobre as condições de vida da população e, desta forma, estimular a mobilidade (MARTINE, 2005).

A globalização foi definida por Giddens (1991) como “a intensificação das relações sociais em escala mundial” (p. 69). Mas, para Ortiz (1996) há que se distinguir a globalização (que se liga aos processos econômicos e tecnológicos) da mundialização, sendo a última referente ao domínio da cultura, uma combinação entre globalização e uma certa “visão de mundo”, que constitui o universo simbólico específico da civilização atual. Nesta dinâmica, local e global se reinventam, e categorias como espaço e tempo são redefinidas⁸.

A experiência de “estar lá ou aqui” torna-se cada vez mais complexa, assim como a própria construção identitária da nação e da nacionalidade se complexificam (FELDMAN-BIANCO, 1992). E é neste contexto, a mobilidade populacional pelo mundo anda a passos largos: em 1970, 82 milhões de pessoas viviam fora de seu país de origem, em 2000 eram 175 milhões, e em 2006, quase 200 milhões (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2008).

Se o crescimento dos fluxos internacionais de pessoas se fez estimulado por interesses econômicos e financeiros, isso trouxe também consequências indesejáveis nos países receptores, principalmente a partir dos anos 1970, em função dos choques econômicos e da crise econômica que os seguiram (HOBSBAWM, 1995). O contexto econômico foi tornando a imigração mais indesejada, pois o mercado de trabalho ficou mais competitivo (CARDOSO, 2002). As populações “nativas” têm visto os estrangeiros como “estranhos” – responsáveis pelo desemprego e pelo agravamento nas condições de vida - e atitudes agressivas como discriminação,

⁸ Para Giddens (1991) ocorre um “desencaixe”, para Ortiz (1996) é o processo de “desterritorialização”. Ambos autores estão reconhecendo um processo da modernidade que gera um “reajuste radical do sentido do tempo e espaço na vida econômica, política e cultural” (HARVEY, 1992: p. 237).

racismo e xenofobia encontram solo fértil neste contexto (PERALVA, 1994 e CASTRO, 2005).

Apesar disso, o deslocamento de pessoas, oriundas de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento tendo como destino países centrais não pára. E as políticas migratórias têm refletido essa visão da migração como problema social e cada vez mais explicitamente vinculam a ideia de uma “migração escolhida” e não “sofrida” (REIS, 1999).

Como aumenta o controle dos governos quanto à entrada e saída de pessoas, o deslocamento populacional pelo globo torna-se cada vez menos conciliado aos procedimentos legais, levando ao crescimento da migração não-documentada. A situação clandestina, no país ou no trabalho, aumenta a fragilidade do imigrante, já que sua proteção legal fica comprometida por não ter o estatuto de cidadão na jurisdição onde vive. Se a situação de migrante por si só significa uma maior vulnerabilidade (por não ter todos os direitos que os cidadãos têm e/ou por desconhecimento dos costumes, práticas e língua local), a situação do migrante não-documentado reforça ainda mais a insegurança de sua condição (HUGO, 1998).

É por isso que para Vainer (2005), a questão da migração na realidade contemporânea evidencia a crise da modernidade, pois tanto a mobilização forçada quanto a imobilização forçada - crescentes na atual conjuntura - revelam a violência presente no fenômeno migratório.

As “causas” da emigração de brasileiros

Historicamente, o Brasil foi um país de imigração. Patarra e Baeninger (1995) fornecem uma análise dos diversos fluxos imigratórios que se associam à formação socioeconômica do país. Esse caráter de nação receptora teria sido aos poucos abandonado: “com a imigração estrangeira diminuindo progressivamente a partir de 1930, as próximas etapas da economia brasileira contariam com a participação das migrações internas para suprir as necessidades de mão de obra” (PATARRA e BAENINGER, 1995: p. 80). Foi a partir da década de 1980, que as migrações internacionais voltam a ter relevância na dinâmica demográfica brasileira e, os primeiros indícios desta mudança vieram pelo aumento dos fluxos de emigração com destino aos Estados Unidos, à Europa e ao Japão⁹. Como apontou Salles (1995), “estamos fugindo da década perdida pelos portões de embarque dos aeroportos internacionais” (p. 94).

As estatísticas disponibilizadas pelo MRE do Brasil reforçam essa “evasão” de brasileiros. O relatório de junho de 2011 registra que há mais de 3 milhões de brasileiros vivendo no exterior¹⁰. A maior comunidade está nos Estados Unidos, que recebem mais de 40% deste contingente. Em segundo lugar, Paraguai e Japão concentram respectivamente 6,5% e 7,5% dos brasileiros emigrantes. Os dados agrupados para a Europa indicam a participação expressiva do velho continente

⁹ Além de um fluxo mais específico destinado ao Paraguai nos anos 1970.

¹⁰ Sales (1991) cita dados divulgados pelo Jornal Folha de São Paulo em 18/07/1991 que indicavam a saída sem retorno de 1,25 milhão de brasileiros entre 1985 a 1987.

como residência de 29% dos brasileiros que estão no exterior¹¹.

Como entender a emigração de brasileiros que se inicia nas últimas décadas do século XX? Para uma perspectiva conciliatória entre as dimensões macro e micro estruturais, se faz necessário contemplar o contexto histórico-econômico internacional, a situação da economia brasileira diante desta realidade, os impactos no mercado de trabalho e para a mobilidade social, bem como os processos mediadores (SASSEN, 1993), os vínculos históricos e culturais (PORTES, 1995), e as redes sociais (MASSEY et al, 1987). Os limites deste artigo inviabilizam que todos estes aspectos sejam adequadamente contemplados, seja de forma empírica, seja argumentativamente. No entanto, estes “condicionantes” devem ser vistos como uma agenda de pesquisa quando a questão é compreender a emigração de brasileiros em anos recentes.

Em relação à perspectiva macro, assume importância, nesta temática, desde o processo de industrialização brasileiro levado a cabo pelo governo Kubitschek que teve como grande protagonista o capital externo¹² (IANNI, 1991) até o “colapso da era de ouro” (HOBBSAWM, 1995) iniciado com o choque do petróleo em 1973, e que repercutiu no chamado Consenso de Washington e todas as suas diretrizes liberalizantes, que foram extremamente impactantes para a economia brasileira (REGO e MARQUES, 2002). No entanto, desde o sucesso com a estabilização econômica e o predomínio de elevadas taxas de juros, no final do século XX, o Brasil foi ganhando cada vez a “confiança do mercado” e, portanto, atraindo capitais estrangeiros; o que permitiu ao país ocupar um lugar de relativo destaque (enquanto “país em desenvolvimento”) no âmbito do sistema econômico-financeiro internacional (O’NEILL, 2007).

Por outro lado, não é possível minimizar os prejuízos da década de 1980, com as altas taxas de inflação e a piora nas condições de vida da população dado os custos gerados com crise de dívida externa e a crise fiscal-financeira do setor público brasileiro (REGO e MARQUES, 2002). Nos anos 1990, os principais efeitos foram sentidos pela reestruturação produtiva e pelas reengenharias administrativas que implicaram em repercussões negativas para a oferta de trabalho: “numa amostra de 55 empresas transnacionais das 100 maiores indústrias de transformação [foi constatado], que aproximadamente 80% demitiram mais de 10% dos seus empregados em 1990-1991, sendo que a média esteve em torno de 20%” (REGO e MARQUES, 2002: p. 193). Ou seja, as possibilidades de inserção no mercado de trabalho tornaram-se críticas no Brasil dos anos 1980, assim como a possibilidade de mobilidade social. Estas foram condições propícias (que influem na dimensão micro) para estimular a emigração para o exterior, principalmente para os jovens e de classe média. Ainda mais, porque há os processos mediadores – como os investimentos diretos estrangeiros – e os vínculos históricos e culturais com países que sinalizavam melhores oportunidades.

A referência aos processos mediadores que vinculam origem e destino feita por

¹¹ As estimativas, quanto ao número de brasileiros na Europa, indicam uma população em torno de 910 mil. Com base nestes números, tem-se que as maiores comunidades estão: no Reino Unido, Espanha, Portugal, Alemanha, Itália, França e Bélgica (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2011).

¹² Para Sassen (1993), os investimentos estrangeiros diretos, particularmente a instalação de filiais de empresas multinacionais são fatores que estabelecem vínculos entre origem e destino: “En un país ‘aislado’, que es aquel que no pose una inversión extranjera directa extensa, no es muy probable que la emigración surja como una misma opción” (SASSEN, 1993: p. 4).

Sassen (1993) ou mesmo à existência dos vínculos históricos e culturais defendidos por Portes (1995) - atravessados pelo contexto econômico (globalização) e ideológico-cultural (mundialização) mais amplos - geram, sem dúvida, as condições essenciais para a explicação do início do fluxo e, podem também, ser iluminadores para a compreensão dos processos que os mantêm (como o fortalecimento e expansão das redes sociais).

Alguns destinos brasileiros podem ser compreendidos a partir das relações e afinidades entre os países envolvidos como, por exemplo, o Japão que é o país de origem de muitos imigrantes que vieram e se estabeleceram no Brasil, reforçando vínculos e intercâmbios culturais entre estes países. O fluxo Japão-Brasil do início do século XX gerou descendentes no país, que hoje constituem o movimento de refluxo Brasil-Japão (KAWAMURA, 1999; SASAKI, 1998 e ROSSINI, 2004).

Desconsiderando as particularidades, esse “vínculo histórico” também se manifesta no caso da Itália. Bógus e Bassanesi (1996) apontam que o Brasil recebeu 1,5 milhão de imigrantes italianos entre 1872 e 1972, e no contexto de emigração brasileira, deve-se considerar a influência destas relações pretéritas na formação das redes entre origem e destino.

Os dados sobre a população estrangeira residente em Portugal¹³, disponibilizados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), mostram que a maior parte desta possui nacionalidade brasileira, representando quase um quarto dos estrangeiros que vivem no país¹⁴. O fluxo Brasil-Portugal retoma a questão de relações históricas e, neste sentido, Bógus (1995b) reforça a idéia de Portes (1999) mencionada anteriormente por tomar as conexões históricas entre Brasil e Portugal como aspectos fundamentais para explicar a imigração de brasileiros neste país.

Outros destinos na Europa como Espanha, Alemanha e França exigem estudos mais aprofundados para serem compreendidos, ao se considerar que as relações entre o Brasil e estes países são mais difusas e menos estudadas; o que transforma tais fluxos em problemas de pesquisa mais obscuros em função da necessidade de estabelecer as hipóteses capazes de explicar a seletividade migratória, seja pela causa da saída do país de origem, seja pela “eleição” do país destino.

A seletividade no fluxo Brasil-França

No século XIX e começo do século XX, a presença de latino-americanos na França era restrita a fazendeiros ou cientistas que buscavam viver o glamour da *belle époque* e também mergulhar na vida cultural francesa, contexto no qual a experiência de viver na França, particularmente em Paris, fazia parte indispensável de um processo identitário, da vida social e cultural de determinados grupos sociais. A partir da década de 1960, no contexto da emergência de ditaduras no continente americano, um novo perfil de latino-americanos se fez presente na França, dado o aparecimento

¹³ A situação de estrangeiro residente envolve os titulares de autorização de residência ou de cartão de residência. Nesta cifra não estão inclusos, portanto, os cidadãos estrangeiros que permanecem regularmente em Portugal, com vistos de trabalho, estudo e estada temporária, bem como aqueles que se encontram em situação irregular. No entanto, estes dados servem para indicar a presença significativa de brasileiros no país. Dados disponíveis em <www.sef.pt>. Acesso em: 25/10/2009.

¹⁴ Depois dos brasileiros, destaca-se a presença de cabo-verdianos (11,6%) e angolanos (6,2%); ou seja, as origens dos maiores grupos de estrangeiros são constituídas por ex-colônias do país.

de refugiados políticos. E, mais recentemente, nas últimas décadas, se verifica uma terceira onda de migração oriunda da América Latina (ROLLAND, 2008b)¹⁵.

O panorama histórico do processo migratório de latino-americanos traçado por Rolland (2008b) mostra-se pertinente no caso do fluxo Brasil-França. O interesse das elites brasileiras do século XIX pela França, como destino importante para estudos ou lazer também foi reconhecido por Pereira (2009). Assim como a ditadura militar instituída em 1964, levou de fato brasileiros a buscar refúgio naquele país (ROLLAND, 2008a). E, mais recentemente, brasileiros têm migrado para a França em busca de melhores oportunidades, com o objetivo de estudar e/ou trabalhar (ABUD, 2010; AMORIM, 2009; BÓGUS, 1995a; BRITO, 2000).

Os dados disponibilizados pelo Ministère des Affaires Étrangères et Européennes (2009) registraram que 40% dos estudantes oriundos de países sul-americanos no período 2008-2009 eram brasileiros. No “ranking” das nacionalidades americanas, os estudantes brasileiros ocupam a segunda posição. Por outro lado, a questão da mobilidade por motivos profissionais é mais complexa e não foram levantados ainda dados relativos à inserção ocupacional de imigrantes e estrangeiros brasileiros no mercado de trabalho francês, tarefa que é dificultada inclusive pelo peso de atividades não formais¹⁶.

Esse panorama histórico e as estatísticas obtidas até o momento mostram que a presença brasileira na França tem pouco destaque numérico, o que enfatiza a especificidade do fluxo e exige a formulação de hipóteses de orientar uma investigação sobre o fluxo. No que diz respeito ao perfil desta população, as informações obtidas pelo levantamento bibliográfico realizado e pela pesquisa exploratória sugerem que os brasileiros na França não são homogêneos. Um dos objetivos da pesquisa é investigar a seletividade migratória presente nos distintos tipos de mobilidade que constituem o fluxo.

Uma reportagem realizada em 2005, refere-se a um perfil histórico dos brasileiros que viviam na França como sendo quase exclusivamente pessoas de estratos médios intelectualizados, que buscavam estudar nas universidades francesas, sendo que mais recentemente, a França seria o destino de brasileiros que migram por motivações econômicas (VALENTE, 2005). Celso Libânio, do Serviço Consular da Embaixada do Brasil em Paris na época, declarou que a França seria uma “porta de entrada” para a Europa, em função das restrições para entrar em destinos alvos – como Inglaterra ou Espanha – e, isso estaria repercutindo no aumento do número de brasileiros no país¹⁷.

Os dados fornecidos pelo Ministério das Relações Exteriores (2011) apontam

¹⁵ Depois da crise dos anos 1980, diversos países latino-americanos tornaram-se países de emigração e, neste contexto, a França tornou-se um destino possível para migrantes com motivações econômicas, que buscam via de regra inserir-se ainda que informalmente no mercado de trabalho. Uma característica comum neste tipo de mobilidade é a crescente dissonância com os procedimentos legais de visto de trabalho e/ou de permanência no país.

¹⁶ Atualmente estamos buscando levantar dados relativos à concessão de vistos de trabalho junto às autoridades consulares francesas no Brasil. Estes dados podem ser utilizados como proxy ao menos para se pensar a mobilidade de trabalhadores brasileiros formalmente inseridos no mercado de trabalho francês.

¹⁷ O artigo jornalístico de Valente (2005) está disponível em endereço eletrônico (www.rfi.fr/actubr/articles/067/article_102.asp), assim como o áudio, que reproduz declarações dadas por Celso Libânio, do Serviço Consular da Embaixada do Brasil em Paris.

que há cerca de 80 mil brasileiros vivendo no território francês¹⁸. Ao que parece, os brasileiros não constituem ainda um motivo de grande preocupação para as autoridades francesas. Contudo, a relativa facilidade com que o brasileiro entrava no país pode ter promovido um aumento do fluxo Brasil-França, e assim ter provocado mudanças na relação relativamente amistosa entre os dois países¹⁹.

Ainda que a França possa ser atualmente apenas um destino provisório para alguns brasileiros, a seletividade desta migração continua sendo um questionamento válido. Para compreender o fluxo Brasil-França torna-se imprescindível decifrar as afinidades entre brasileiros e a França; ou investigar os vínculos entre os países como sugere Sassen (1993) e Portes (1999). Neste sentido, as relações econômicas e culturais, as representações sociais sobre a França que se difundem e se instituem no Brasil, em certos grupos sociais, podem ser tomadas como um ponto de partida para o estabelecimento das relações entre estes dois países.

A influência cultural francesa no Brasil não pode, nesta perspectiva, ser subestimada. Conforme demonstra Bivar (2007), a imigração de franceses para o Brasil, e particularmente para São Paulo, no século XIX não foi muito volumosa, mas tem sua expressividade:

(...) na São Paulo oitocentista, a influência cultural [francesa] era patente. Não só no que concerne ao âmbito das letras, mas na maneira de vestir, comportar, pentear, falar, divertir e até mesmo comer. No paulatino cosmopolitismo em que a cidade se inseria, as lojas estavam repletas de produtos importados da França. Vestidos, roupas feitas, calçados, bibelôs, perfumarias, tranças para cabelos, tecidos, dentre outros componentes que acabavam por adquirir uma aura de luxo e requinte, verdadeiros diferenciadores de status social porque vindos da França. (BIVAR, 2007: p. 364).

Na disputa por mercado consumidor, entre os países industrializados do século XIX, o Brasil era um alvo dos interesses comerciais da França do século XIX e sobre este terreno, somou-se a presença de franceses no país, o que acabou por disseminar uma influência cultural conforme registra Bivar (2007).

Estas relações entre Brasil e França podem ser os indícios iniciais das redes sociais entre os dois países e, que puderam se intensificar ao longo dos tempos. Segundo Chesnais (1996) “os poucos países fora da área da OCDE onde há uma presença significativa do IED [investimento direto estrangeiro] francês são o Marrocos, o Brasil e a Tunísia” (p. 126). As relações econômicas via de regra se fazem acompanhadas por intercâmbios culturais e, como foi discutido anteriormente, são exemplos de processos mediadores (SASSEN, 1993) e da existência de vínculos históricos e culturais (PORTES, 1995).

¹⁸ Segundo Bógus (1995a) os registros oficiais do Ministério das Relações Exteriores indicaram a presença de 7 mil residentes brasileiros na França em 1994. Para 2008 e 2009, os dados estimavam uma população de 20 mil e 60 mil respectivamente (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2008 e 2009).

¹⁹ A crise econômica de setembro de 2008, e por consequência a retração do PIB e o aumento do desemprego, repercutiu num reforço de medidas anti-imigratórias na França e, em função disso, o número de brasileiros impedidos de adentrar no território francês aumentou significativamente, assim como a cifra de deportados (BERGAMASCO, Daniel. “Em crise, França barra mais brasileiros”. In: *Folha de São Paulo*, 09/03/2009).

No que tange especificamente às redes sociais, vários estudos migratórios que utilizam este referencial analítico têm incorporado o conceito de capital social para entender a dinâmica do fluxo. O capital social pode ser resumidamente entendido como “a capacidade dos indivíduos para mobilizar recursos escassos em virtude da sua pertença a redes ou a estruturas sociais mais amplas” (PORTES, 1999, p. 17). A problematização teórica da questão migratória tem recorrido à noção de capital social para entender e pensar o papel do acesso a determinados bens e oportunidades para a compreensão do êxito da experiência migratória e, desta forma, da consolidação e fortalecimento da rede (que engendra e é engendrada pelo fluxo).

No entanto, essa conceituação de capital social não considera que as relações de poder (e a conseqüente estratificação social) são essenciais na constituição das possibilidades de inserção nestas redes, resultando em - pelos condicionantes pretéritos e estruturais - limitações distintas e desiguais. A abordagem de Bourdieu (1989), por outro lado, reconhece que a posição ocupada na hierarquia social e, portanto da quantidade de capital (econômico, cultural e social) que o indivíduo possui, é vital para a compreensão de sua posição no espaço social e o acesso deste às vantagens e às oportunidades disponíveis neste espaço:

O capital – que pode existir no estado objectivado, em formas de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido – representa um poder sobre um campo [...], logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e de ganhos. As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (BOURDIEU, 1989: p. 134).

Neste sentido, a pesquisa que se pretende realizar deverá analisar de que forma certas competências, habilidades e saberes (capital cultural) são importantes na compreensão do processo de emigração de brasileiros para a França e na inserção destes brasileiros na sociedade francesa (capital social), a partir do delineamento dos elementos teóricos que configuram a forte seletividade migratória neste fluxo. Não desconsiderando, evidentemente, o caráter intrínseco do capital econômico para a determinação do capital cultural e social.

Para Bourdieu (1998), o conceito de capital cultural se contrapõe à concepção de capital humano - como “aptidões”, resultantes de uma “natureza” - por ser uma ferramenta heurística mais adequada para revelar como estas “aptidões” são engendradas pela dedicação, subordinada ao tempo disponível e aos recursos capazes de viabilizá-la, constituindo-se parte de um processo que indica o acesso e/ou a posse de capital cultural, processo este determinado por estruturas sociais e por práticas internalizadas.

Há uma diferença entre ser um estudante, um artista, um trabalhador pouco qualificado, um jogador de futebol, ou ainda um profissional qualificado ex-patriado por uma multinacional. Existem na França, brasileiros vivendo em todas estas condições. Portanto, fazer referência aos brasileiros na França, não apenas oculta a diversidade, mas pouco informa sobre como a seletividade migratória atua nestas diferentes formas de mobilidade e quais os papeis e os usos das redes sociais neste processo. Algumas destas modalidades migratórias (WENDEN, 2001) são marcadas por um ineditismo, relacionando-se com os efeitos e os processos da mundialização, outras possuem uma historicidade e demandam a reconstituição de espaços e laços tecidos por instituições preteritamente. A hipótese que direciona esse estudo sobre brasileiros na França parte da relevância da seletividade migratória e nos leva a destacar a relevância das redes sociais, como pontes que vinculam de forma

particular origem e destino, em conformidade com o "tipo de migrante" e com sua inserção na sociedade francesa.

Analisar as redes sociais dos brasileiros na França, e os usos que eles fazem destas redes, torna-se, pelo enfoque do projeto, uma base de sustentação para uma reflexão sobre a seletividade migratória atuante em cada caso. A definição típica-ideal das diferentes modalidades de deslocamentos a serem investigadas - estudantes e trabalhadores (qualificados e não qualificados) - parece ser um caminho profícuo, capaz de viabilizar uma reflexão sobre as especificidades dos diferentes “tipos” de imigrantes brasileiros na França, que estão provavelmente inseridos em redes sociais distintas e que são capazes de promover, dados os efeitos da seletividade em questão, a ida para a França e a inserção deste indivíduo no mercado de trabalho e na sociedade francesa. Saber porque as pessoas vão para a França e não para outro lugar, é um desafio a ser respondido a partir da análise dos mecanismos de funcionamento das redes e da questão do acesso a recursos disponíveis pelas redes que sustentam os fluxos entre as diferentes modalidades migratórias.

Referências

ABUD, Tatiana Diniz. **Brazil in France**: representation of brazilian culture, the image of the country and the conservation of stereotypes. Mestrado (Master Europeo en Antropología Social y Cultural) - Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2010.

ALEXANDER, Jeffrey. C. “O novo movimento teórico”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 4, vol. 2, 1987.

AMORIM, Mariana Alves. “Casamento misto & migração: a união com um estrangeiro como estratégia para ganhar os países centrais”. In: **Travessia**, nº 65, 2009.

BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. **Vivre à St. Paul**: os imigrantes franceses na São Paulo oitocentista. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BÓGUS, Lucia Maria. “Migrantes brasileiros na Europa Ocidental: uma abordagem preliminar”. In: PATARRA, Neide (org) **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995. (a)

_____. “Brasileiros em Portugal: novos movimentos migratórios ou volta às origens?” In: **Revista Travessia**. São Paulo: CEM, n. 21, 1995. (b)

_____. e BASSANESI, Maria Sílvia. “Do Brasil para a Europa - imigrantes brasileiros na península itálica neste final de século”. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População, 10, Caxambu. **Anais...**Caxambu: ABEP, 1996.

BOURDIEU, Pierre. “Os três estados do capital cultural”. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. “Espaço social e gênese das classes”. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil & Lisboa: Difel, 1989.

BRETTELL, Caroline B. e HOLLIFIELD, James F. “Migration theory”. In: BRETTELL, Caroline B. e HOLLIFIELD, James F. (orgs.) **Migration theory: talking across disciplines**. New York: Routledge, 2000. p. 1-26.

BRITO, Angela Xavier de. “Transformações institucionais e características sociais dos estudantes brasileiros na França”. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, nº 50, 2000.

BRITO, Fausto. “Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo”. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.12, n.1-2, jan./dez, 1995.

CAMARGO, Sonia de. A União Européia: uma comunidade em construção. **Contexto internacional**. [online]. Vol.30, n.2, 2008.

CARDOSO, Arnaldo Francisco. “Migrações internacionais: os blocos regionais e a mobilidade de mão de obra”. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n 2, 2002.

CASTRO, Mary Garcia. “Estranhamentos e identidades: direitos humanos, cidadania e o sujeito migrante – representações em textos diversos”. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 22, n. 1, jan/jun, 2005.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **As migrações num mundo interligado: novas linhas de ação**. Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais. Fundação Calouste Gulbenkian, outubro de 2005. Disponível em: [□http://www.gcim.org/mm/File/Port.pdf□](http://www.gcim.org/mm/File/Port.pdf) Acesso em 16/10/2008.

FELDMAN-BIANCO, Bela. “Saudade, imigração e a construção de uma nação (portuguesa) desterritorializada”. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. Campinas, v. 9, n. 1, jan/jul, 1992.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

HARVEY, D. “A compressão do tempo-espaço e a ascensão do modernismo como força cultural” e “A compressão do tempo-espaço e a condição pós-moderna”. In: **A condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HUGO, Graeme. “Migrações internacionais não documentadas: uma tendência global crescente”. **Revista Travessia** nº 30. São Paulo: CEM, 1998.

IANNI, Octavio. “Globalização e diversidade”. In: PATARRA, Neide (org) **Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI**. São Paulo: FNUAP, 1995.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KAWAMURA, Lili. **Para onde vão os brasileiros**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

LEE, Everet S. “Uma teoria sobre a migração”. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). **Migrações internas: textos escolhidos**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

MASSEY, D. *et al.* **Return to Aztlan: the social process of international migration from western Mexico**. Los Angeles: University of California Press, 1987.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 19, n. 3, set. 2005.

MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES ET EUROPÉENNES. **Mobilité internationale des étudiants, attractivité de la France et coopération universitaire: Ameriques et Caraïbes**. Paris: août 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. **Brasileiros no Mundo: Estimativas**. Brasília, julho de 2008. Disponível em: <www.abe.mre.gov.br/avisos/brasileiros-no-mundo>. Acesso em 15/10/2008.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. **Brasileiros no Mundo: Estimativas**. Brasília, setembro de 2009. Disponível em: <www.brasileirosnomundo.mre.gov.br>. Acesso em 08/12/2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. **Brasileiros no Mundo: Estimativas**. Brasília, junho de 2011. Disponível em: <www.brasileirosnomundo.mre.gov.br>. Acesso em 30/08/2011.

O’NEILL, Jim (org). “The 'B' in BRICs: Unlocking Brazil's Growth Potential”. In: **BRICs and beyond**. The Goldman Sachs Group, 2007. Disponível em <www2.goldmansachs.com>, acesso em 10/03/2009.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

PATARRA, Neide e BAENINGER, Rosana. “Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil”. In: PATARRA, Neide (org) **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

PERALVA, Angelina. “França: imigrantes, estrangeiros, estranhos”. In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 33, p. 59-76, 1994.

PORTES, Alejandro. **Migrações internacionais: origens, tipos e modos de incorporação**. Oeiras: Celta, 1999.

PÓVOA NETO, Helion e FERREIRA, Ademir Pacelli. “Introdução”. In: PÓVOA NETO, Helion e FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs) **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

REGO, José Márcio e MARQUES, Rosa Maria. (orgs) **Economia Brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

REIS, Rossana Rocha. “Políticas de nacionalidade e políticas de imigração na França”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 32, fev, 1999.

RENNER, Cecília H. e PATARRA, Neide L. “Migrações”. In: SANTOS, Jair. L. F., LEVY, Maria Stella F. e SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs) **Dinâmica da população: teoria, método e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

ROLLAND, Denis. "L'etat Français et les exils brésiliens : prudence d'etat, guerre froide et propagandes". In: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos e ROLLAND, Denis. **L'exil brésilien en France: histoire et imaginaire**. Paris: L'Harmattan, 2008a.

ROLLAND, Denis. "L'exil des disctatures: impact conjoncturriel dans la présence latino-américaine en France?". In: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos e ROLLAND, Denis. **L'exil brésilien en France: histoire et imaginaire**. Paris: L'Harmattan, 2008b.

ROSSINI, Rosa Ester. “O Brasil no Japão: a conquista do espaço dos nikkeis do Brasil no Japão”. In: Encontro Nacional de Estudos de População, 14, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2004.

SALES, Teresa. “O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais”. In: PATARRA, Neide (org) **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

_____ “Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações de pesquisa”. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. Campinas, v. 9, n. 1, jan/jul, 1992.

_____ “Novos fluxos migratórios da população brasileira”. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. Campinas, v. 8, n. 1/2, jan/dez, 1991.

SASAKI, Elisa Massae. **O jogo da diferença: a experiência identitária no movimento de kassegui**. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998.

SASSEN, Saskia. **La movilidad del trabajo y del capital**. Madri: Ministério de Trabajo y Seguridad Social , 1993.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração: ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

SIMON, G. “Penser globalement les migrations”. **Projet**, nº 272, 2002. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-projet-2002-4-page-37.htm>>. Acesso em: 18/07/2011.

SINGER, Paul. “Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo”. In: **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOARES, Weber. “Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional”. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 21, n. 1, jan/jun, 2004.

VAINER, Carlos. “Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade”. PÓVOA NETO, Helion e FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs) *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

VALENTE, Pamela. “Os brasileiros na França”. In: **Rádio França Internacional**, 07/07/2005. Disponível em <www.rfi.fr/actubr/articles/067/article_102.asp>. Acesso em: 05/08/2008.

WEBER, Max. “A ‘objetividade’ do conhecimento nas Ciências Sociais”. In: COHN, Gabriel. (org) **Max Weber**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

WENDEN, Catherine Wihtol de. “Un essai de typologie des nouvelles mobilités”. **Hommes & migration**, n^o 1233, 2001.